

---

## **O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA PARAÍBA: INSTRUMENTO DE MÚLTIPLAS FACES PARA A EDUCAÇÃO E DE DESAFIO PARA OS EDUCADORES.**

Hilmária Xavier Silva  
[hilmariax@yahoo.com.br](mailto:hilmariax@yahoo.com.br)  
Cristina Conserva Gomes  
[Hatshepsut86@hotmail.com](mailto:Hatshepsut86@hotmail.com)

O livro didático e outros materiais de história tem ganhado espaço nas pesquisas e nos debates sobre História e ensino de História. Neste sentido, os livros e materiais didáticos de História da Paraíba são pensados enquanto um problema, na medida em que tal ensino ainda é incipiente nas escolas públicas e privadas de Campina Grande<sup>1</sup>. Sendo uma das principais reclamações dos(as) professores(as) do ensino médio da rede pública e privada de Campina Grande a insuficiência de livros e materiais de história da Paraíba com fins didáticos.

É em virtude das preocupações que têm os professores de História do ensino fundamental e médio com a escassez ou desconhecimento de materiais e livros didáticos sobre História da Paraíba; da ascensão que teve os estudos de História local nas últimas décadas; da deficiente divulgação de materiais didáticos de História da Paraíba entre alunos e professores, mesmo que a maioria dos materiais conhecidos sejam publicados por órgãos públicos e das muitas correntes teórico-metodológicas que nos possibilitam trabalhar e estudar História, e ainda como pensar o livro de História como um objeto das políticas da Educação que o trabalho aqui presente se ocupa. O presente texto assume o desafio de levantar considerações acerca do uso dos livros didáticos de História da Paraíba em nossa cidade, tanto por professores da rede pública quanto da rede particular de ensino.

O livro didático ocupa lugar central na vida profissional de professores do ensino fundamental e médio. Deste os anos 1970 os manuais didáticos de história constituíram-se objeto de estudos na História. No entanto, estes partem de lugares, concepções e critérios diferentes para entender o livro didático, o que, por um lado, amplia as formas de compreendê-lo e, por outro lado, desafia o historiador, pois, diante da multiplicidade de olhares, faz-se necessário estabelecer a perspectiva teórico-metodológica a partir da qual pensamos o livro didático .

Segundo Magda Soares,

Muitos e vários olhares vêm sendo lançados sobre o livro didático nos últimos anos: um **olhar pedagógico** que avalia qualidade e correção, que discute e orienta a

---

<sup>1</sup> Cidade em que se dá nossa pesquisa.

escolha e o uso; um **olhar político**, que formula e direciona processos decisórios de seleção, distribuição e controle; um **olhar econômico**, que fixa normas e parâmetros, de comercialização, de distribuição. Avaliar qualidade e correção, orientar escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas...São olhares que prescrevem, criticam ou denunciam; por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Um olhar que afaste o “deve ser” ou o “fazer ser”, e volte-se para o “ser” – não o discurso sobre o que “deve ser” a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que “é”, o que “tem sido”, o que “foi” o livro didático.<sup>2</sup> (2001, p. 4. Grifos nossos).

Analisando isoladamente aspectos do livro didático, as abordagens pedagógicas, políticas e econômicas prevaleceram ao longo dos anos 1970 e 1980. Deste modo, não analisavam o livro em seu conjunto nem historicamente, que no entender de Magda Soares(2001) contribuiria para compreender melhor os manuais didáticos. Para ela, tem faltado uma abordagem sócio-histórica, que busque entender as polêmicas entorno da manutenção ou rejeição, da condenação ou da defesa e da qualidade dos livros didáticos no Brasil. Esta autora enfatiza a necessidade de estudos visando a historicidade, as formas de sistematização nos últimos anos e as definições dos manuais didáticos.

Para além desta multiplicidade de olhar no campo da história, os manuais, mesmo passando por mudanças desde os primeiros compêndios no século XIX, continuam sendo alvejados com críticas sobre o conteúdo, passando pelo uso de imagens, músicas e outros documentos, até a concepção de história.<sup>3</sup>

Nos anos finais da década de 1970, o processo de redemocratização e das novas maneiras de pensar a realidade brasileira, possibilitou as discussões sobre currículos, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, e a elaboração de programas e propostas metodológicas para o ensino de história nos níveis fundamental e médio.<sup>4</sup> A partir deste momento, os livros didáticos, dada a sua centralidade no ensino de História, produzidos nos anos 1960, 1970 e 1980 passaram a ser analisados enquanto instrumento ideológico, motivando embates entre historiadores preocupados com o ensino de História.

<sup>2</sup> SOARES apud GATTI JÚNIOR, Décio. “Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de História: um percurso de massificação do ensino escolar brasileiro (1960-1990)”. In: *Anais do 12º COLE – Congresso de Leitura do Brasil – I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil*. Unicamp, Campinas, 2001, P.4

<sup>3</sup> Para ver algumas críticas ao livro didático e as mudanças no mesmo desde a publicação dos primeiros compêndios em meados do século XIX ler: BITTENCOURT, Maria Fernandes Circe. “O Livro Didático não é mais o mesmo”. *Revista Nossa História*. Ano 1, n 2, dez. 2003. Rio de Janeiro. P.52-54. GASPARRELO, Arlete Medeiros. “História recém-nascida”. *Revista Nossa História*. Ano 2, n 19, maio, 2005. Rio de Janeiro. P.80-82.

<sup>4</sup> Para ver mais: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Segundo Kasumi Munakata(1998), muitos dos estudos realizados por acadêmicos nos anos 1970 e 1980 dedicaram-se a mostrar nos livros didáticos a presença da ideologia burguesa. Este intelectuais, em sua maioria, identificados com o materialismo histórico, apontavam mentiras, manipulações, preconceitos e legitimação dos valores burgueses. Nesta perspectiva, os manuais foram condenados e tomados como “vilões” por não levar o aluno a refletir sobre a realidade brasileira dentro dos padrões pensados pela acadêmica.<sup>5</sup>

Analisando os livros nesta perspectiva, procura-se a distância entre o saber acadêmico e o saber dos manuais didáticos. Deste modo, analisa-se o livro pelo que ele “deveria ser e ter”, tomando como referência o saber acadêmico. Por ser identificado com os valores burgueses e por não trazer reflexões sobre a realidade, os livros na maioria da vezes, eram, por um lado, condenados, rejeitados e, por outro lado, discutidos no sentido de reformulá-los, afastando da “doutrinação”, da “cegueira” e das “mentiras” do regime militar. Esta forma de analisar pode ser encontrada tanto no campo da história fortemente marcada por uma leitura política e econômica quanto no campo pedagógico influenciado pelo pensamento marxista.

Sem perder de vista o lado econômico dos manuais didáticos de histórias, vários historiadores, a exemplo de Kasumi Munaka, realizaram, especialmente no anos 1980 e 1990, análises destacando o caráter mercadológico dos manuais, que para alguns autores é de fundamental importância para compreender os livros. Para Circe Bittencourt (1997) apresentando concepções, caracterizações e a presença de imagens dos manuais, o livro didático é um objeto de múltiplas faces possuindo natureza complexa.

Para a autora, o livro é uma mercadoria que obedece a regras editoriais, um depositário de conteúdo, portador de valores, ideologia e cultura, um sistematizador de conteúdos, um instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial. Sendo assim, “para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições.”<sup>6</sup> Entretanto, são os aspectos mercadológicos e curriculares os mais ressaltados por Bittencourt, pois o caráter mercadológico e as questões relacionadas às técnicas de produção do livro interferem na seleção e organização de imagens e, acrescentamos, conteúdos, exercícios, boxes e etc.

Segundo Gatti Jr. (2001) no decorrer dos anos 1970, 1980 e 1990 os crescentes investimentos governamentais na compra de livros didáticos contribuiu para alavancar o setor editorial nacional, possibilitando as passagens da produção artesanal à industrial, do autor

<sup>5</sup> MUNAKATA, Kazumi. “História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998,

<sup>6</sup> BITTENCOURT, Circe “Livros didáticos entre textos e imagens”In: *O saber na sala de aula*. São Paulo: contexto, 1997. p.73.

---

individual à equipe, da escola de elite à escola de massas e a ampliação das análises do caráter mercadológico dos manuais.<sup>7</sup>

Para Munakata (1998), o livro enquanto mercadoria precisou adaptar-se às demandas da sociedade. Nos anos 1990 com a profissionalização do mercado editorial, os manuais passaram por inovações que, em parte, eram ressonâncias das mudanças na historiografia na sociedade e no mercado editorial. Houve toda uma reorganização da produção editorial e maior divisão do trabalho. O autor, destaca dentre estas mudanças a função do copidesque que é o editor de texto que revisa o original do autor fazendo alterações no texto.

Tendo em vista a ênfase, no campo da história das, análises “condenatórias” e das análises mercadológicas, e em outras áreas com as abordagens pedagógicas, políticas e econômicas, começamos a pensar sobre como analisar os livros e materiais didáticos de história da Paraíba publicados na última década.

Analisar manuais de história da Paraíba apenas sob o enfoque mercadológico seria tarefa complicada e pouco instigante, pois os manuais, a exemplo dos que foram publicados a partir da década de 1980, foram pensados para suprir a inexistência de sistematização e de fonte didáticas para o estudo de história da Paraíba. Sendo a produção de caráter artesanal, visando um público que vai de estudantes dos níveis fundamental, médio e superior, até especialistas na área, e sem fins lucrativos, já que na maioria das vezes foram produzidos para comemorações ou para suprir carências de organização de forma sintética e didática de informações sobre a Paraíba. Afastando-nos da perspectiva que percebe o livro didático apenas como produto de ideologia ou material cheio de erros, este trabalho percebe o livro didático enquanto um problema que tem merecido a atenção de professores e pesquisadores.

Diante disso, com as especificidades elencadas para o livros de história da Paraíba, analisá-los tornou-se também um problema, em vista que não poderíamos partir das formas de análises mais comumente adotadas nem proceder uma análise apenas sob o olhar acadêmico que perderia de vista aspectos pedagógicos dos mesmos.

Sobre análises de manuais didáticos, Fábio Faversoni (2001) apresenta duas perspectivas de análise de livros que precisam ser levadas em consideração atualmente. Para Faversoni (2001), há as ponderações do leitor, seja ele professor ou acadêmico e as ponderações do escritor. Sendo que,

---

<sup>7</sup> GATTI JÚNIOR, Décio. “Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de História: um percurso de massificação do ensino escolar brasileiro (1960-1990)”. In: *Anais do 12º COLE – Congresso de Leitura do Brasil – I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil*. Unicamp, Campinas, 2001

a maior parte das análises de livros didáticos segue sendo um estudo do que são estes textos frente ao que eles deveriam ser tendo em vista o estado da arte no que se refere ao que é produzido pela historiografia e/ou em relação ao que eles deveriam propiciar para que se realizasse o que se discute como sendo o perfil mais adequado para o ensino de história. Em síntese, a maior parte das análises dos livros são feitas por acadêmicos que discutem o quanto os livros didáticos se aproximam das discussões feitas por eles próprios. Eu excetuo aqui as análises feitas pelo MEC, que obedecem a outros critérios.<sup>8</sup>

A partir destas ponderações, podemos pensar em analisar os livros de história da Paraíba sem tomar como referente a produção acadêmica, mas sem perder de vista o lugar acadêmico a partir do qual falamos.

Para tal, faz-se necessário estabelecer outros critérios de análise. Neste sentido, a análise proposta pela História Cultural<sup>9</sup>, a avaliação realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático com o enfoque teórico-metodológico nos possibilita estabelecer outra forma de analisar livros didáticos.

Com uma aproximação da perspectiva da História Cultural, Thais Fonseca (2003) ao traçar uma História da disciplina História esclarece que nem sempre as características foram as mesmas e só no século XVIII foi que a disciplina começou a adquirir contornos próprios, sendo a trajetória da disciplina História não necessariamente correspondente à História campo do conhecimento. No Brasil logo após a Independência foi que se deu a constituição da disciplina, que entre outras coisas serviu para legitimação do Império recém-criado. Os projetos educacionais desta época privilegiava as elites e a formação da identidade nacional, sendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB o centro formulados das diretrizes para o ensino de História. Neste âmbito, o livro didático de história era um referencial e contribuiu para formação da disciplina na medida que estabelecia os conteúdos para o ensino de história. Os livros eram produzidos por membros do IHGB que definia métodos e procedimentos para obter resultados em curtos prazos.

Saindo do século XIX e ponderando sobre os trabalhos recentes sobre o livro didático, a autora diz que “apoiam-se nos estudos de Roger Chartier sobre a história do livro e da leitura

<sup>8</sup> FAVERSANI, Fábio. “Ler e escrever: livros didáticos” *Hélade* n. especial, 2001. Disponível em: [http://www.heladeweb.net/Numero%20Especial/Fabio\\_FaversaniNE2.htm](http://www.heladeweb.net/Numero%20Especial/Fabio_FaversaniNE2.htm)

<sup>9</sup> Para explicar rapidamente o conceito de História Cultural, pensamos como sendo a emergência, a partir da década de 1970, dos aspectos culturais do comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico, o que Peter Burke chama de "virada cultural". Esse modo de compreender a história resultou em um certo abandono dos esquemas teóricos generalizantes, com a valorização de grupos particulares, em locais e períodos específicos. Assim, surgiram trabalhos sobre gênero, minorias étnicas e religiosas, hábitos e costumes, incorporando metodologias e conceitos de outras disciplinas.

ou em suas considerações sobre o conceito de representação...”(FONSECA,2003,p.31)<sup>10</sup> Para ela, há obscuridade na utilização dos referenciais nos trabalhos com autores da História Cultural. Os trabalhos apresentam problemas como simples explanações do livro didáticos, na hipótese da autora, isso talvez se dê pela preocupação da aplicabilidade do trabalho característica das pesquisa educacionais. Outro problema é a concepção de que o passado ilumina o presente. Um terceiro problema é a fragilidade da problematização quando não a ausência dela nos trabalhos. No entender da autora

A maioria dos trabalhos, ao privilegiar os programas curriculares e o livro, procura analisá-los na perspectiva da utilização do ensino de História pelo Estado e pelas elites detentoras do poder e de como as formações para essa disciplina estiverem associadas a ideologias ou a determinados programas políticos. (FONSECA,2003,p.31)

Sendo assim, são poucas e frágeis as tentativas de analisar o livro para além da perspectiva ideológica. No entanto, estes estudos que se aproximam das leituras da História Cultural podem romper com as abordagens de cunho político, econômico e pedagógico que “demonizam” os livros didáticos e apresentar outras leituras para os livros, mostrando, sem incorrer nas leituras do “deve ser” ou em julgamentos simplória do que é bom e do que mal nos manuais, diferentes maneiras de entender e usar os livros e materiais didáticos.

Para Elias Thomé Saliba (1997), que defende que não se deve menosprezar a experiência pessoal e social das pessoas e dos grupos, “a História Cultural procura hoje revisitar o lado mais fraco da produção da cultura: o da recepção anônima da cultural ordinária da criatividade ou passividade das pessoas comuns” (SALIBA, 1997, p.120)<sup>11</sup>. Deste modo, desloca-se a centralidade da análise da produção para a recepção, o consumo ou usos que os professores fazem dos livros e materiais didáticos, ampliando o campo de estudo dos livros didáticos.

Quanto ao uso feito desses manuais didáticos pelos professores, traçamos a partir de agora os resultados dos questionários e entrevistas que fizemos com 20 professores de História de escolas públicas e particulares de Campina Grande<sup>12</sup>. As perguntas feitas aos professores versavam sobre sua prática pedagógica, sobre como eles utilizavam o livro

<sup>10</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 31.

<sup>11</sup> SALIBA, Elias Thomé. “Experiência e representações sociais: reflexão sobre o uso e o consumo das imagens”In: *O saber na sala de aula*. São Paulo: contexto, 1997. p.120.

<sup>12</sup> O nome dos professores e das escolas serão preservados, pois até o momento da publicação desse texto, as entrevistas transcritas ainda não tinham sido avaliadas e autorizadas pelos entrevistados para serem publicadas. Portanto usarei números para nomear e citar a fala de alguns professores.

---

didático de História nas aulas de História da Paraíba, sobre a metodologia utilizada, sobre as dificuldades em se utilizar esse manual e como os alunos respondiam às suas aulas.

Observamos que algumas questões foram recorrentes nas falas desses professores. As maiores queixas eram sobre a insuficiência de materiais ou manuais didáticos em História da Paraíba. Algumas escolas não adotavam um manual específico de História da Paraíba, e o professor que ministrava História do Brasil muitas vezes tinha que elaborar materiais complementares para suprir essa lacuna. Alguns professores afirmaram que muitas vezes repassava para os alunos materiais xerocados de livros didáticos diversos, e quando a escola não podia arcar com a despesa do material, isso ficava à critério dos alunos.

Outra queixa foi sobre a escassez de material. Os mais utilizados e elogiados pela sua qualidade e possibilidades de instigar o aluno ao pensamento investigativo, questionador e crítico que desejam os historiadores, são os publicados pela editoras da UEPB e UFCG, elaborados pelos professores dessas instituições. No entanto, os professores ainda reclamam da escassez de material para a elaboração de suas aulas. Mesmo estes sendo bons manuais, quantitativamente falando, ainda são poucos. Sem falar nas dificuldades em elaborar aulas, cujos planos são cobrados pela coordenação das escolas, especialmente as particulares, e do curto espaço de tempo ou horas-aulas destinadas à disciplina de História da Paraíba, o que na maioria das vezes fazia com que os temas trabalhados fossem estudados “superficialmente”.

A maioria dos professores entrevistados afirmaram que apenas o uso do livro didático era insuficiente para trabalhar os temas, e que ainda indicavam filmes para suplementar certas temáticas. Para além das queixas e dificuldades encontradas pelo professor em se trabalhar com os manuais didáticos de História da Paraíba, estão os frutos colhidos por aqueles professores que ousam criar mecanismos para melhorar sua prática pedagógica. Mesmo com as limitações destes livros didáticos, parte deles disse que era gratificante o interesse despertado em parte dos alunos, que eles sentiam a história “mais próxima” deles, e que relacionavam muito mais facilmente a história dita local com a história do Brasil.

Além da análise na perspectiva da História Cultural, considerando os diferentes atores que usam os livros, uma outra forma da avaliação que nos aproximamos é a do Programa Nacional do Livro Didático.

Neste programa, especialistas em história avaliam mediante critérios os livros didáticos de ensino fundamental. No PNLD são apresentados os problemas dos livros didáticos de história, destacando que este é mais um dos materiais didáticos possíveis e que é um dos principais instrumentos de trabalho dos professores. A criação do PNLD foi um

momento importante em relação os materiais didáticos, pois incorporou-se ao programa distintas disciplinas e professores no processo de escolha. Segundo Miranda (2004), em 1996 foi que iniciou-se as avaliações pedagógicas dos livros didáticos e que neste processo de avaliação existiu variação na forma de avaliar: de um procedimento classificatório e distintivo passou-se para um procedimento indicativo com aprimoramento dos critérios de avaliação que tem marcado o processo de produção dos materiais didáticos.<sup>13</sup> Para proceder a avaliação o programa leva em consideração os seguintes critérios: finalidade do livro didático; verificar as sintonia com metodologias próprias da disciplina História; se contribui para reflexão sobre ética, imprescindível ao convívio social, e para a construção da cidadania, análise do manual do professor; e o cuidado com aspectos editoriais. (BRASIL, 2005)<sup>14</sup>

Me aproprio de dois deste critérios, a saber, “a finalidade do livro didático” levando em consideração a proposta metodológica de ensino e aprendizagem e a elaboração da obra, a relação entre conhecimento novo e a experiência do aluno e a adequação dos textos e dos exercícios às condições dos alunos e a presença de textos complementares; e como “os conhecimentos históricos são construídos a partir de regras e princípios desta ciência”.

Neste sentido, o enfoque teórico-metodológico é aprofundado, pois entendemos “que a utilização dos livros e materiais didáticos em sala de aula seja sempre acompanhada de uma reflexão sobre o lugar e o referencial teórico-metodológico utilizado pelo(a) autor(a).”(SOUSA, 2004)<sup>15</sup> bem como ao lugar teórico-metodológico do professor, (re)significando os materiais didáticos usados por professores do ensino fundamental e médio.

A experiência fazer a revisão bibliográfica sobre o tema, de aplicar questionários com professores e entrevistá-los em um outro momento foi positiva. Pois fez com que pratiquemos o exercício de repensar e reestruturar nossa prática pedagógica, e nos motivar a buscar meios de utilizar os manuais didáticos que temos à nossa disposição, potencializando-os. Para além das dificuldades estruturais, institucionais, e dos engessamentos burocráticos do sistema escolar, cujo mérito da questão não cabe aqui, percebemos que é possível, através do enfoque teórico-metodológico escolhido, trabalhar a História da Paraíba publicada nos livros didáticos a que temos acesso. Esperamos que as questões levantadas nesse trabalho possam contribuir

<sup>13</sup> MIRANDA, Sonia Regina et LUCA, Tânia Regina.. “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 48, jul-dez, 2004

<sup>14</sup> *Programa Nacional do Livro Didático – História (5ª à 8ª série)*, 2005

<sup>15</sup> SOUSA, Fabio G. R. B de. Projeto de pesquisa: História da Paraíba: problemas e seus desafios. Campina Grande, UFCG, 2004.

---

para novas discussões e quem sabe motivar outros professores/historiadores a rever sua prática pedagógica e os usos feitos dos livros didáticos.

### **Referências Bibliográficas.**

BEHAR, Regina e FLORES, Hélio (org.) – *A formação do historiador, tradições e descobertas*. João Pessoa, Editora Universitária, 2004.

BITTENCOURT, Maria Fernandes Circe. “O Livro Didático não é mais o mesmo”. *Revista Nossa História*. Ano 1, n 2, dez. 2003. Rio de Janeiro. P.52-54.

BITTENCOURT, Circe (org.) *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Margarida Maria Santos, *Intrépida Ab Origine: O IHGP e a produção da História Local (1905 – 1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

MIRANDA, Sonia Regina et LUCA, Tânia Regina.. “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 48, jul-dez, 2004

MUNAKATA, Kazumi. “História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998,

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.